

O pacote embrulha a Ufrgs

Medidas econômicas adotadas pelo governo federal irão atingir em cheio o orçamento e o futuro da Universidade pública

Pág. Central



INTELIGENTZIA

A crise do intelectual na sociedade mercantilista segundo os professores da Ufrgs Celi Pinto e Paulo Faria

Pág. 4

CONED

Docentes de todo o país definem diretrizes e metas do sistema educacional para os próximos dez anos

Pág. 5

EXCLUÍDOS EM MARCHA

Milhares de manifestantes realizam passeata em Porto Alegre para protestar contra os governos de FHC e Britto

Pág. 9

ENTREVISTA

Fábio Konder Comparato diz que juiz nem sempre tem razão, propõe reformas no Judiciário e critica escolas de Direito

Pág. 12

Muita coerência e relativa moral os males do Governo são

Que não se acuse este governo de esconder o jogo: enquanto nega R\$ 150 milhões para 52 instituições federais de ensino superior fecharem o ano com um mínimo de decência, regala meia dúzia de "universidades" privadas do RS com R\$ 132 milhões.

Há uma desculpa, claro: os 150 milhões de que as IFES necessitam saíram do Tesouro que, como se sabe, está sendo usado para aplacar as iras de El Niño – perdão, dos especuladores internacionais que agem no ciberespaço! Já os 132 milhões das privadas vêm do BNDES, mais especificamente do Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior, cujo montante inicial é de 500 milhões, podendo chegar a 1 bilhão, conforme seu Diretor Executivo, o ex-Reitor da UFRGS Tuiskon Dick. Trata-se portanto de um empréstimo, ainda que a juros "muito interessantes", segundo o mesmo ex-Reitor, possível também para as universidades federais, e se até agora apenas as privadas lograram alcançá-lo, isto se deve tão somente a sua reconhecidíssima maior presteza e agilidade face à leardeza dos mastodontes públicos. Certo? Errado!

Vejamos. Em primeiro lugar, o alegado rombo que os 150 milhões solicitados pelas IFES causaria nas sacrossantas contas do Tesouro poderia ser tranquilmente evitado com menos da metade do orçamento de publicidade à disposição do amantíssimo Presidente! Ou seja, se renunciasse a menos da metade da exposição de sua Augusta Pessoa em cada confim do nosso canavial, nosso Amado Líder garantiria a sobrevivência das universidades sem fragilizar nossa Real Moeda.

Em segundo lugar, o festejado programa do BNDES contempla as universidades públicas só de mentirinha: não tendo receita própria, estas só podem tomar o empréstimo se empenharem patrimônio como garantia. Ora, não tendo receita para pagar as amortizações, deverão no futuro entregar o patrimônio empenhado?

Em terceiro lugar, e para desespero mesmo da velhinha de Taubaté, o próprio encarregado dos Negócios da Educação – não é disto que se trata? – afirmou, durante a cerimônia de assinatura do convênio de 132 milhões, que a expansão do ensino superior se dará através da rede privada (quem diria que em matéria de educação superior os tucanos tivessem saído do ninho do General Médici?) e, para responder aos céticos de sempre que duvidam da qualidade das universidades privadas, que "aqui estamos nós para garantir a melhoria dessa qualidade!" Oigatê porquera! Desse jeito a tal de Era Vargas não vai sobrar nem prâ remédio!

E, fato último mas não derradeiro, a recente Medida Provisória nº 1600, que confisca os saldos em recursos próprios das IFES não gastos até 31 de dezembro. Saldos em recursos próprios, todos sabem, é o dinheiro que as universidades ganham, como diremos, se virando no mercado, na vida enfim.

Parece que, sendo o gênero das universidades universalmente feminino e sendo elas universalmente atraentes, tenha inspirado o Governo a botá-las a trabalhar para si.

Ai, ai! Este Governo! Quanto mais inova mais se parece com antigas profissões!

ad nauseam



Fabrícia Osanai

O B S E R V A T Ó R I O

Ministro admite que Reforma pode matar RJU

Porto Alegre – A Adufrgs foi recebida por cerca de 20 minutos pelo ministro da Educação e do Desporto Paulo Renato Souza. A audiência ocorreu na Sala Vip do Aeroporto Salgado Filho, logo após o desembarque do ministro em Porto Alegre, no último dia 2. A representação da Adufrgs (foto), que contou com a presença da reitora Wrana Panizzi, entregou a Paulo



PEC 370 sai de cartaz

Porto Alegre – O deputado federal Valdeci de Oliveira (PT/RS) esteve na sede da Adufrgs no dia 21 de novembro para discutir a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 370 (que trata da Autonomia Universitária). Na ocasião, Oliveira afirmou que a tramitação iria ser suspensa. A Diretoria da Adufrgs obteve a confirmação dessa impressão na audiê-

Primeiro Mundo para 15% dos brasileiros

Porto Alegre – O ex-prefeito Tarso Genro visitou a sede da Adufrgs no dia 1º de dezembro. Tarso Genro, que integra o escritório de assessoria jurídica da Adufrgs, reuniu-se com a diretoria da entidade e convidados para apresentar sua avaliação do cenário político do país e colher opiniões sobre um artigo que está elaborando. O texto será publicado na próxima edição da revista *Novos Estudos Cebrap* em número dedicado à análise do governo FHC e que vai contar com artigo do próprio presidente Fernando Henrique. Segundo Tarso, a esquerda no Brasil ainda não explicitou um projeto alternativo às políticas implementadas pelo governo. "Nossa projeto tem que tocar

Renato documento em que são relatadas as principais reivindicações dos professores universitários com relação a salários, evasão de docentes e financiamento das universidades federais. Após ouvir as reivindicações, Paulo Renato afirmou, entre outras coisas, que: 1º) com relação às universidades, a questão salarial é prioridade de sua pasta e foi motivo de duas reuniões com o presidente da República; 2º) na interpretação do Governo, a votação da reforma administrativa torna o RJU "praticamente em extinção"; 3º) o fato de não ter conseguido definir um novo padrão de relacionamento entre o MEC e as Ifes após três anos de gestão o faz sentir-se "melancólico".

cia com o ministro Paulo Renato Souza, no dia 2 de dezembro. Com o cessar das discussões sobre a PEC 370 no Congresso, o parlamentar gaúcho pretende aprofundar os espaços de discussão sobre a autonomia universitária. Oliveira já iniciou contatos para realizar uma reunião da bancada gaúcha na Câmara Federal com representantes da Ufrgs.

em pontos como política sobre a balança comercial, política cambial, âncora da moeda e reforma fiscal", afirmou. Segundo ele, o PT tem condições de coordenar uma ação política nacional para uma reforma macroeconômica, única saída para a crise "causada pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo governo". Ainda segundo o ex-prefeito, o governo FHC não hesitará em manter as aparências de sucesso de seu governo até as eleições de 98, ainda que isso signifique o sacrifício de milhões de brasileiros. "A meta de FHC é dar um padrão de vida de Primeiro Mundo a 15% da população, mas os descartáveis já estão começando a reagir", assegurou.

Escola de cidadania na Ufrgs

Porto Alegre – Foi lançado na Ufrgs no dia 27 de novembro o projeto do curso de extensão Escola de Governo, iniciativa já em andamento em Florianópolis, Belo Horizonte, São Paulo, Uberaba e Fortaleza. Destinado a pessoas que tenham uma perspectiva de inserção na vida pública, o curso tem como objetivo a capacitação de recursos humanos para atuação no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Segundo o professor José

Vicente Tavares dos Santos, um dos coordenadores do curso, a Escola de Governo pretende "potencializar a responsabilidade política através da capacitação técnica em Ciência Humanas e da discussão das grandes questões sociais da atualidade". O curso será desenvolvido de março a julho de 98, num total de 51 horas/aula. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (051) 316.6902

XVII Congresso ANDES/SN

6 a 11 de fevereiro de 1998 - Porto Alegre/RS

ADUFRGS

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; 1º Vice-Presidente: Carlos Schmidt; 2º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
1º Secretário: Eloína Prati dos Santos; 2º Secretário: Jorge Ducati; 1º Tesoureiro: Mário Brauner; 2º Tesoureiro: João Vicente Silva Souza; 1º Suplente: Benedito Tadeu César; 2º Suplente: Ricardo Jacobi.

ADVERSO

Publicação quinzenal
Impresso em papel Ecograph

Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görgen
Estagiária: Fabrícia Osanai
Capa: Gilmar Fraga Revisão: Jorge Barbosa
Tiragem: 5.000 exemplares

CARTA DA UFRGS À SOCIEDADE GAÚCHA

"A UFRGS, como universidade pública, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas."

Art.2º do Estatuto da UFRGS.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, representada por sua Reitoria, pelas Associações de docentes, de servidores técnico-administrativos, de pós-graduandos, de Antigos Alunos e pelo Diretório Central de Estudantes, quando comemora 63 anos de trabalho no seio da comunidade riograndense, sente-se no dever de manifestar-se publicamente, tendo em vista o grave momento com que se defronta.

Herdeira de uma tradição universitária iniciada há mais de um século pelas Escolas que lhe deram origem, sente orgulho de ser uma das mais antigas instituições de ensino superior no país. Alicerçada nessa tradição, expandiu-se continuamente e é hoje, uma das mais importantes universidades brasileiras, formando uma comunidade de quase 30.000 pessoas, entre professores, técnico-administrativos e estudantes de graduação, de pós-graduação, de 1º e 2º graus.

Esta grande Universidade formou e continua formando gerações de profissionais, intelectuais, cientistas, pesquisadores, professores, artistas, que têm contribuído decisivamente para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Estado do Rio Grande do Sul.

Além de suas destacadas atividades de ensino, a UFRGS é reconhecida como importante centro de pesquisas, com contribuições decisivas nas áreas da saúde, da educação, da indústria, da agricultura, das ciências básicas, das artes e das letras, cujos resultados nem sempre são conhecidos ou reconhecidos. Da mesma forma, suas atividades de extensão têm favorecido não só a atualização do conhecimento, como desenvolvido ações sociais de grande repercussão no contexto regional e nacional.

Depositária do trabalho de muitas gerações, alcançando uma competência acadêmica e científica acumulada ao longo de 63 anos, este patrimônio social, científico, cultural e tecnológico está sendo atingido na sua capacidade de produzir conhecimento e de formar recursos humanos qualificados.

A manutenção de seus padrões de excelência e qualidade está ameaçada devido à gradativa redução dos recursos públicos, em consequência de políticas governamentais que priorizam uma estabilidade financeira em detrimento do atendimento de outras reais necessidades da população. Com isto, a Universidade encontra grandes dificuldades para atualizar suas bibliotecas, reequipar seus laboratórios, investir na manutenção e na conservação de seus prédios e de suas instalações.

A insegurança e a incerteza diante das reformas administrativa e previdenciária anunciadas, ao lado do congelamento dos salários entrando no quarto ano consecutivo, têm provocado o crescente afastamento de professores, pesquisadores e de técnico-administrativos altamente qualificados, de

difícil ou de nenhuma reposição a curto prazo.

Anuncia-se uma autonomia que, ao invés de assegurar a necessária liberdade acadêmica e administrativa, aponta para a quase total desobrigação do Estado com a manutenção das universidades públicas, para a redução de recursos a elas destinados e para a sua privatização.

Diante deste quadro de sérias dificuldades, é urgente e necessário que sejam definidos os destinos da Universidade Pública no país.

A UFRGS defende a manutenção de seu estatuto de universidade pública e gratuita. Quer continuar a ser pública, porque a História demonstra e a realidade presente confirma que só a vigência do interesse coletivo é capaz de garantir a continuidade que o desenvolvimento da ciência e do saber requerem, bem como sua apropriação democrática pelos setores mais amplos da sociedade.

A Universidade é peça-chave de qualquer política de geração de conhecimento e, portanto, de soberania, em um mundo crescentemente globalizado, no qual a detenção da informação, do conhecimento e da capacidade tecnológica equivale a poder no cenário internacional.

Decidir sobre o modelo de Universidade é decidir sobre o futuro e o lugar da nação brasileira no mundo, tendo presente que, sem nenhuma exceção, os países hoje hegemônicos no mercado mundial alcançaram um desenvolvimento tecnológico produzido por universidades financiadas de forma absolutamente majoritária através de recursos públicos.

A defesa do princípio de que, a Universidade pública deve ser gratuita se fundamenta nas condições de acesso aos segmentos menos privilegiados da população. Rejeita-se a visão de que a Universidade pública é elitista, acessível apenas aos ricos, e que, consequentemente, deva cobrar mensalidades. Ao contrário do que se julga, mais da metade dos alunos vem das camadas de menor poder aquisitivo da população e a possibilidade de freqüentar um curso superior só lhes é acessível pela gratuitade das Universidades públicas.

Em síntese, a Universidade pública deve ser autônoma, ou seja, não submetida a uma tutela estatal que controle até os detalhes da administração universitária, e ter seu funcionamento assegurado com recursos públicos. Está confirmado que o regime de tutela estatal não tem garantido a supremacia do interesse público. Sem autonomia, a Universidade não terá como manter um relacionamento equânime com os poderes públicos e com as diversas instâncias de representação e organização da sociedade, a quem deve permanentemente prestar contas de suas atividades.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pública, gratuita e autônoma, patrimônio da sociedade gaúcha, necessita de seu apoio na luta em defesa de sua sobrevivência.

Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul * ADUFRGS - Associação de Docentes da Ufrgs
* ASSUFRGS / Seção Sindical - Associação dos Servidores da Ufrgs * APG/ UFRGS - Associação dos Pós-Graduandos da Ufrgs * AAA/UFRGS - Associação dos Antigos Alunos da Ufrgs * DCE/UFRGS - Diretório Central de Estudantes da Ufrgs.

Porto Alegre, 27 de novembro de 1997.

Autonomia empaca

A emenda constitucional que regulamenta a autonomia das universidades federais (PEC 370) teve sua tramitação paralisada novamente. Desta vez pelo fato de que a área econômica do governo federal não aceita o texto produzido pela Câmara e pelo MEC. A meta oficial é fazer com que as Universidades federais assumam a administração direta de seu pessoal, com planos de carreira próprios e mecanismos de contratação e promoção. Cada uma das 52 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) receberia uma verba anual e com ela pagaria todas as suas despesas, do pessoal às contas de água, luz e telefone.

Educação indígena

O MEC pretende entregar ao Congresso até 23 de dezembro uma proposta inédita de educação escolar indígena, como parte do Plano Nacional de Educação.

Em todo o Brasil, há 63 mil alunos em 1.298 escolas nas aldeias e outros 9 mil alunos indígenas nas escolas tradicionais. As metas do plano resumem a idéia de uma escola diferente, com respeito às culturas indígenas e ênfase no ensino bilíngüe e na formação de professores.

Crise em Volta Redonda

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) alertou para a necessidade de que sejam encontradas alternativas capazes de abrandar a crise que está vivendo o município de Volta Redonda (RJ) depois da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Conforme a senadora, Volta Redonda sempre teve na CSN um polo gerador de riquezas, e os reflexos da política adotada pela empresa pós-privatização foram desastrosos, gerando demissões em massa, contenção salarial e investimentos em outros setores. Além disso, o número de trabalhadores altamente qualificados que foram desligados da CSN, como é o caso dos seus engenheiros, vem aumentando nos últimos anos, desencadeando uma série de fatores negativos como perda de mão-de-obra especializada, perda prematura da memória técnica das empresas, redução do ativo humano e desmotivação para encarar novos desafios. Segundo Benedita da Silva, a partir das demissões e da contenção salarial praticadas pela empresa, verificam-se quedas acentuadas nas vendas do comércio, na procura e na oferta de bens e serviços, aumentando o desemprego e a economia informal. Esse desaquecimento tem provocado perdas progressivas da arrecadação tributária do município, com a consequente precariedade dos serviços públicos essenciais, como educação e saúde.

Avaliação de embaixadores

Projeto apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) determina que os chefes de missões diplomáticas de caráter permanente deverão comparecer ao Senado, a cada dois anos, para prestar contas de sua atuação. Conforme a medida, o Ministério das Relações Exteriores, mediante entendimento com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estabelecerá um rodízio para esse comparecimento. A proposição está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, seguirá para a Comissão de Relações Exteriores (CRE), onde será apreciada em caráter terminativo. O projeto determina ainda que o Tribunal de Contas da União deverá realizar uma auditoria prévia em cada missão diplomática, a tempo de fornecer ao Senado relatório detalhado a respeito.

Ditos & Pitos

"A ambição humana é de sua natureza ilimitada, e quanto mais satisfeita, mais insaciável se torna".

Documento enviado pelas associações de banqueiros de SP, RJ e MG ao Congresso Nacional, opondo-se à criação do salário-mínimo para os bancários, 13 de junho de 1935.

"Tenho uma posição muito clara: não sei".

Dorothéa Werneck, ministra da Indústria e Comércio, sobre a liberação de cassinos no país, em 12 de março de 1995.

"Nem toda loucura é genial, como nem toda lucidez é velha".

Chico Buarque, ao ser acusado de passadista pelo movimento tropicalista. Na época, Tom Zé declarou que respeitava Chico, "...afinal, ele é nosso avô", 1968.



Celi Pinto – Depto. de Ciência Política da Ufrgs

Qual é o papel dos intelectuais da sociedade?

que *a priori* prescrevem papéis, funções, consciências a grupos, a classes, a indivíduos na sociedade. A história têm dado muitos exemplos de que os atores sociais envolvidos na cotidianidade da luta pela constituição de suas identidades sociais e individuais não tem correspondido as prescrições. Os chamados intelectuais não fogem deste quadro geral. Prescrever um papel a eles é essencializá-los, é antes de tudo aceitar que independentemente do tipo de sociedade que se analisa haverá um grupo definido que deverá exercer um papel também definido em relação a ela.

O fato da ordem das coisas não se dar desta forma determinista não diminui a dificuldade que a resposta à questão do papel dos intelectuais envolve porque, aceitemos ou não, a falácia de atribuição de papéis pré estabelecido a estes grupos tem sido uma constante e, por vias de consequência, também tem sido constante a frustração por parte dos demais grupos sociais, na medida em que os indivíduos (intelectuais) não desempenham os papéis a eles atribuídos.

Este suceder de frustrações encontra explicação ainda em uma outra falácia desta difícil relação dos chamados intelectuais com a sociedade civil. Por várias razões, os intelectuais tendem a ser vistos na sociedade quase como um tipo ideal e isto provoca desencontros perversos. O mais

grave deles parece-me que é aquele que atribui uma pretensa objetividade absoluta ao intelectual que, apropriando-se de saberes cultos, deveria ser capaz de refletir sobre as questões sociais, políticas, culturais de uma dada comunidade acima de sua condição de sujeito de múltiplas práticas da vida cotidiana. Práticas estas tanto públicas como privadas. Não é por acaso que a idéia do “comitê de notáveis” tem muitas vezes parecido tão sedutora como a saída para a solução de grandes problemas. Os notáveis, os intelectuais, estariam acima de seus próprios interesses e encarnariam o saber “iluminado”.

A partir do exposto, gostaria de recolocar a questão do papel dos intelectuais, já não de um maneira simplesmente negativa, sempre tendo em mente, que não existe nem um papel pré-determinado *a priori*, nem os intelectuais são dotados de princípios de racionalidade absoluta. Daí que o foco da atenção deve se dirigir para uma outra questão, que reputo central: como se constituem os intelectuais em uma dada sociedade? Parece-me que analisando a forma de constituição dos intelectuais, poderemos chegar a estabelecer algumas linhas da relação destes com o conjunto da sociedade e finalmente estabelecer os possíveis papéis que os intelectuais teriam.

Gostaria de finalizar esta breve introdução a tão complexo tema, deixando

algumas questões que, me parecem, necessitam ser enfrentadas, para chegarmos a estabelecer as formas de relacionamento dos intelectuais com a sociedade dentro das quais se constituem. São elas: Quem são, em termos sociais, os intelectuais? Como se formam? Que competência devem ter para serem considerados intelectuais? Onde se formam? Onde atuam? Quais são as instituições que os abrigam? Como é custeada a sua formação? Quais as responsabilidades públicas que o Estado e/ou a sociedade lhes cobra? Existem questões na sociedade que tradicionalmente são decididas por intelectuais? Ou os assim chamados, mesmo em questões que exijam o seu saber culto, a sua competência, necessitam ouvir outros setores e interesses na sociedade?

Parece que, se fizermos um esforço de responder estas questões, seremos capazes de identificar melhor quem são os intelectuais em uma dada sociedade, quais os espaços que ocupam, quais os papéis que estão perfazendo e, finalmente, isto nos permitirá estabelecer uma discussão na esfera pública sobre os possíveis papéis dos intelectuais. Sem isto, continuaremos respondendo indefinidamente a questão e vendo a nossa frente crescer a frustração da sociedade em relação aos papéis até então assumidos pelos intelectuais. Talvez assim a sociedade perca a ilusão a respeito de seus “notáveis”.

Paulo Faria – Depto. de Filosofia/Ufrgs

Sobre a responsabilidade dos acadêmicos

1 O que segue são umas poucas observações apresentadas *dogmaticamente*, isto é, sem justificação. Em sessenta linhas de texto você pode enunciar teses, não argumentar em favor delas. De todo modo, é provável que ao menos algumas dessas proposições dogmáticas estejam em contradição ostensiva com outros dogmas mais amplamente disseminados (entre nós, em todo caso), de modo que divulgá-las nesta forma pode não ser inteiramente inútil.

2 A queixa é antiga, nem por isso menos insistente: a vida acadêmica estaria burocratizando-se, fragmentando-se na especialização e no descaso pelas questões de interesse geral. “O risco de transformação da universidade em um organismo definitivamente tecnocrático e acrítico é hoje um dado presente”, estampava a *Gazeta Mercantil* de 28/08/97, fazendo eco a uma conferência proferida em Amsterdã por Susan Buck-Morss, da Universidade Cornell, perante o Congresso Internacional Walter Benjamin. Docentes e pesquisadores (a espécie de gente a quem era dirigida a interpelação da Sra. Buck-Morss) teriam abdicado de suas funções como “consciência crítica” da

sociedade con-temporânea, para deixarem-se integrar, passivamente, ao processo de reprodução da divisão social - do saber, do trabalho e, *last but not least*, do poder.

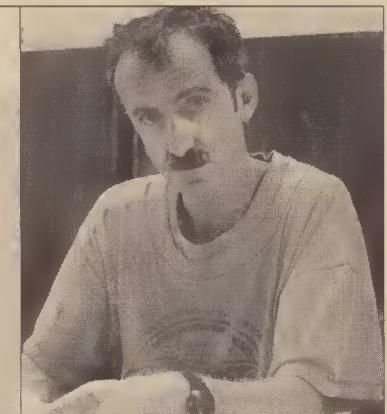
3 Eu acho que quase tudo nesse diagnóstico está errado. Para dizer a verdade, na maioria das vezes, eu tenho a impressão de estar ouvindo, nessas queixas sobre a “alienação” ou a “burocratização” da vida acadêmica, o recital de uma nostalgia: um sintoma da ressaca ainda malcurada das fantasias milenaristas a que a universidade rebaixou-se a dar guarda - sob a bandeira (justamente) do “pensamento crítico”. Eu estou pensando, em particular, nesse imenso desastre intelectual, político e, sobretudo, moral que foi o marxismo.

4 Não, eu *não* estou dizendo que não há alienação, desinteresse pelos problemas mais gerais da sociedade, isolamento burocrático e (o que é muito mais grave e básico que tudo isso, embora raramente mencionado na litania habitual das vitórias do “pensamento crítico”) pura e simples falta de compaixão na atitude com que boa parte dos acadêmicos conduz suas vidas - e eu não estou pensando apenas em suas

vidas *profissionais*. O que me incomoda é a espécie de remédio que o apelo ao mito do intelectual “crítico” recomenda para esses males.

5 Em poucas palavras: a única “crítica” genuína que os acadêmicos, *enquanto acadêmicos*, têm a oferecer à sociedade é a crítica da superstição, do obscurantismo, da irracionalidade que permeiam a cultura “globalizada” de nossa época. Mas essa crítica é simplesmente (mesmo se está fora de moda dizê-lo) a *ciência empírica*. E se há algo que estamos deixando de fazer - e essa é uma omissão moralmente grave, porque ninguém pode fazê-lo por nós - é a parte que nos toca, a cada um, na tarefa urgente de tornar acessível a nossos contemporâneos a ciência que estamos fazendo. (Bem, se é ciência o que estamos fazendo. Mas eu não quero brandir muitas espadas ao mesmo tempo.)

6 “Construímos uma civilização global em que as coisas mais importantes dependem crucialmente da ciência e da tecnologia. Também arrumamos as coisas de tal modo que ninguém comprehende a ciência e a tecnologia. Isso é uma receita para o desastre” - escrevia, em seu



ultimo livro-testamento, *The Demon-Haunted World: Science as a Candle in the Dark*, o astrônomo norte-americano Carl Sagan. O paradigma do intelectual crítico que estou opondo à nostalgia da Sra. Buck-Morss e *tutti quanti* é constituído por escritores como Sagan, Stephen Jay Gould, Martin Gardner ou o brasileiro Marcelo Gleizer: cientistas que escrevem para o leitor comum, acendendo uma vela, para usar a metáfora de Sagan, nas trevas do neo-analfabetismo informatizado.

7 Não sei exatamente quando ocorreu a mudança, mas deve ser ainda recente. Nas listas regularmente divulgadas por diversas publicações periódicas do país, os livros mais vendidos começam a ser classificados em “Ficção”, “Não-Ficção” e “Esoterismo e Auto-Ajuda”. O crescimento exponencial dessa última categoria é um sintoma do desastre que estamos deixando acontecer diante de nossos olhos.

Congresso consolida Plano Nacional de Educação

Nalu Farenzena*

O II CONED (Congresso Nacional de Educação) realizou-se de 6 a 9 de novembro em Belo Horizonte, com mais de quatro mil inscritos, em continuidade ao trabalho de elaboração democrática de um Plano Nacional de Educação (PNE). A abertura aconteceu na noite do dia 6 com a conferência "Educação, democracia e qualidade social e garantia dos direitos constitucionais", com a presença do ministro Sepúlveda Pertence, do STF, e de João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST. Para os dias seguintes foram previstas 16 conferências, 78 mesas-redondas, 183 apresentações de trabalhos e 122 comunicações. No dia 7 aconteceram as plenárias temáticas, com o objetivo de discutir e aprofundar a primeira versão da proposta do PNE para o II CONED. Ao todo foram dez plenárias abordando os seguintes temas: níveis e modalidades da educação, financiamento, gestão democrática, organização da educação nacional e formação dos profissionais. No último dia do Congresso realizou-se a Plenária Final, onde foram discutidas as contribuições apresentadas nas plenárias temáticas para a elaboração da versão final do Plano e também definidas as estratégias para a luta pela aprovação e implementação. Essa proposta será encaminhada às entidades nacionais, ao Congresso Nacional, ao governo federal e à sociedade, tendo como data indicativa o dia 3 de dezembro. Representaram a Adufrgs os professores Renato de Oliveira, Nalú Farenzena e Malvina do Amaral Dorneles.

Necessidade do PNE

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 214, estabelece que deve ser elaborada a lei do plano nacional de educação, de duração plurianual, buscando a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diferentes níveis. No próprio artigo se colocam as diretrizes maiores que orientam esse plano. A LDB, de dezembro de 1997, estabelece que o plano nacional de educação deve prever diretrizes e metas para dez anos. A inscrição deste dispositivo na Constituição resulta de uma compreensão de que a política educacional da nação deve ser formulada e implementada tendo em vista um horizonte minimamente definido, a partir de diretrizes e prioridades básicas, capazes de sobreviver às descontinuidades, interesses restritos e improvisações que tem marcado sua trajetória. Apesar da norma, governos se sucederam e a elaboração do PNE sempre foi protelada - o Plano Decenal de Educação para Todos, discutido em 1993 e 1994, restringia-se à educação infantil e ao ensino fundamental e, de qualquer forma, foi preferido a partir da instalação do atual governo.

Em todo o processo de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o tema das responsabilidades quanto à elaboração do PNE sempre esteve presente. Os projetos que tramitaram na Câmara Federal e no Senado, de 1988 a 1994, colocavam possibilidades concretas para uma formulação democrática do PNE, oportunizando a intervenção, no processo, dos segmentos sociais organizados. Nesses projetos, a forma como estava prevista a composição e atribuições do Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação era um instrumento para que a formulação e acompanhamento da execução do PNE

ficassem menos restritos aos projetos dos governos. A LDB aprovada limitou à União a competência para elaborar o PNE, prevendo a colaboração dos estados, Distrito Federal e municípios, representando um recuo na concepção anterior de relação entre Estado e sociedade civil no campo das políticas educacionais para o país.

Na realidade, esse é mais um dos mecanismos centralizadores da formulação e controle das políticas educacionais contidos na atual legislação e em programas no âmbito federal. À limitação em torno da elaboração do PNE somam-se os parâmetros curriculares nacionais, o sistema nacional de avaliação do rendimento escolar em todos os níveis, os decretos que foram editados para regulamentar a LDB, para citar alguns exemplos.

Ao que tudo indica, até o final do ano darão entrada no Congresso Nacional duas propostas de PNE: a do MEC e a do CONED.

Em agosto de 1997 o MEC colocou em discussão uma proposta de metas para o PNE, fundamentada num breve diagnóstico da educação. Essa proposta é dividida por níveis e modalidades de ensino e abrange, ainda, a formação de professores e valorização do magistério e o financiamento da educação. O documento contendo as metas foi acompanhado de outro denominado "Procedimentos para a elaboração do Plano Nacional de Educação", delimitando a estratégia e sistemática das discussões e contribuições dos chamados interlocutores - para cada nível e modalidade, assim como para os dois temas específicos, foram nomeados órgãos e entidades interlocutores, induzindo à segmentação das análises e sugestões dos mesmos. A consolidação das contribuições dos interlocutores será coordenada pelo INEP e estas poderão integrar o documento final a ser encaminhado ao Congresso Nacional até 23 de dezembro - data limite estabelecida pelas disposições transitórias da LDB.

A construção de uma proposta de PNE pelo II CONED tem uma longa trajetória e o documento final sistematizará os resultados das discussões realizadas nas diferentes instâncias organizativas, envolvendo entidades científicas, acadêmicas, sindicais, estudantis, de âmbito nacional e local, buscando resgatar o método democrático de construção do projeto de LDB da Câmara Federal.

No entendimento das entidades representadas no CONED, apesar de o Plano Nacional de Educação estar previsto há quase uma década, os governos desse período não se preocuparam em elaborá-lo e, muito menos, em providenciar a implantação de suas diretrizes maiores, já definidas na Constituição de 1988. Mesmo que nesse processo tenha sido editada a LDB, as entidades entenderam necessária e fundamental a tarefa de construir um referencial de atuação para que a sociedade tente fazer valer os direitos já consagrados constitucionalmente. A proposta discutida no II CONED compõem-se de um diagnóstico inicial e dos temas: (1) organização da educação nacional - gestão democrática da educação e financiamento da educação; (2) níveis e modalidades - Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental - Educação de Jovens e Adultos - e Ensino Médio e Educação Profissional); Educação Superior; formação de profissionais da educação.

PROPOSTA DO CONED

Gestão/organização da educação

Fundamenta-se no princípio de gestão democrática da educação, resgatando a proposta de constituição de um Sistema Nacional de Educação, orientado pelo planejamento e acompanhamento e avaliação democráticos da política educacional, através do Fórum Nacional de Educação, dos conselhos nacional, estaduais e municipais - no âmbito dos sistemas de ensino - e pelos conselhos escolares.

Educação Infantil

Deve contar com uma política específica de financiamento, visando a universalização gradativa da demanda nas duas etapas (creche e pré-escola)

Qualificação da ação pedagógica, considerando a profissionalização do atendimento, as diretrizes dos sistemas educacionais e o projeto político-pedagógico das instituições

Ensino Fundamental

Universalização, considerando a indissociabilidade entre o acesso, a permanência e a qualidade da educação escolar

Universalização de acesso ao ensino fundamental, garantindo a permanência na escola de todas as crianças de 7 a 14 anos. Elevação do índice de desempenho dos alunos medido pelo SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico).

Educação de Jovens e Adultos

Criação do Movimento de Alfabetização Popular. Erradicação do analfabetismo no prazo de 10 anos. Garantia de conclusão de estudos equivalentes aos oito anos de Ensino Fundamental, até o final da década, a toda a população de 14 a 35 anos

Erradicação do analfabetismo absoluto.

Assegurar, na década, que 50% da população que concluiu apenas as 4 séries iniciais receba formação equivalente ao Ensino Fundamental completo

Ensino Médio

Garantia da expansão da obrigatoriedade e gratuitade do ensino regular, tendo como eixo a formação integral

Ampliação da matrícula, de forma a atender, até o final da década, 80% dos concluintes do Ensino Fundamental; Implantação de nova proposta curricular (75% da carga horária - formação geral e 25% - preparação para o trabalho)

Educação Profissional

Implementação de programas integrados de profissionalização e escolarização, atendendo às necessidades do trabalhador e do setor produtivo

Implantação, em cinco anos, da reforma proposta pelo Decreto 2.208/97; Sextuplicar, em dez anos, a oferta de cursos básicos; Sextuplicar, em dez anos, a oferta de Ensino Técnico; Quintuplicar, em 10 anos o nº de CEFETs; Estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para ampliar e incentivar as iniciativas estaduais, municipais e particulares

Ensino Superior

Oferta de ensino superior público a pelo menos 35% da faixa etária de 19 a 24 anos.

Destinação de 12% do Orçamento da União às universidades públicas e 2,5% do PIB para C&T

Substituição do provão por um processo de avaliação institucional periódica do ensino superior, compreendendo auto-avaliação e avaliação externa por conselhos superiores e conselhos sociais; Implantação, em um ano, dos seguintes planos: carreira única para o magistério das instituições de ensino superior; capacitação docente destes últimos; carreira e capacitação dos servidores técnico-administrativos; Garantia de eleições paritárias e participativas na escolha dos dirigentes; Garantia de efetiva autonomia para as universidades, com financiamento público pleno.

Oferta de ensino superior e/ou pós-secundário a pelo menos 35% da faixa etária de 19 a 24 anos.

Ampliação da oferta de ensino público na mesma proporção, inclusive através da parceria União-Estados na criação de estabelecimentos não-universitários.

Ampliação do crédito educativo, observando o processo de avaliação das instituições, de modo a atender 10% dos alunos.

Institucionalização de amplo e diversificado sistema de avaliação, que englobe os setores público e privado.

Consolidação e desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa de ponta nas universidades.

Especial

Inclusão de alunos portadores de graus diferentes de necessidades especiais nas atividades regulares, sem prejuízo da garantia de um serviço público especializado

Propõe a integração dos alunos nas classes comuns, de forma integral, ou parcial, efetivada por meio de classes especiais. No caso de atendimento especializado, deve ser obtida a cooperação de ONGs.

Financiamento da Educação

Até o final da década deve ser alcançado o gasto público em educação correspondendo a aproximadamente 10% do PIB.

Indica, como referência para o cálculo do custo/aluno/ano qualidade uma proporção da renda per-capita (rpc), o que resultaria, em 1998, em R\$ 1.000,00 para o ensino fundamental (20% da rpc) e R\$ 3.000,00 para o ensino superior (60% da rpc).

Até o final da década deve ser alcançado um percentual de 6% do PIB de gastos com educação, incluindo o esforço da União, dos estados, municípios e parcerias com a iniciativa privada.

O documento não menciona o custo-aluno-qualidade, prevendo apenas a implantação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério)

Formação de Profissionais da Educação

A formação deve ser responsabilidade sobretudo das universidades.

Admissão, a partir de 1998, somente de professores com a qualificação mínima exigida legalmente, para quaisquer níveis e modalidades da educação.

Implementação de novas carreiras para o magistério da educação básica, de acordo com as diretrizes do CNE. Impedir a contratação de professores que não possuam qualificação mínima.

Organização de programas de formação em serviço e de educação à distância. Revisão, em dois anos, dos cursos de licenciatura e formação de nível médio para o magistério.

* Nalu Farenzena é professora na Faculdade de Educação da Ufrrgs

Reflexos do pacote podem parar a Ufrgs

Corte em verbas de custeio, na concessão de bolsas de ensino, confisco de recursos próprios, não contratação de funcionários e outras medidas adotadas pelo governo federal dentro do ajuste fiscal, anunciado no início de novembro, colocam em risco a manutenção da universidade pública. Pela primeira vez na história da universidade, a Reitoria assume que a Ufrgs pode parar de vez.

James Görgen

Estamos todos de cabelo em pé". Vinda de um chefe de Departamento ou de um diretor de Faculdade, esta frase sobre a situação financeira da Universidade não assustaria tanto. O preocupante é que ela foi um desabafo proferido na última terça-feira de novembro por uma profunda conhecida da realidade econômica da Ufrgs. Para a pró-reitora de Planejamento, Maria Alice Lahorgue, o motivo do pânico tem nome e número. Trata-se da medida provisória 1.600, editada pelo governo federal em 11 de novembro de 1997 e aprovada pelo Congresso 10 dias depois. São apenas dois artigos, quatro incisos e dois parágrafos que possibilitam à União se apropriar dos dividendos e do superávit financeiro de fundos, autarquias e das fundações integrantes da Administração Pública Federal Indireta. Os recursos seriam usados na amortização da dívida pública federal.

Trocando em miúdos, o governo pretende ficar com o dinheiro da rubrica de Recursos Próprios – remuneração recebida por prestação de serviços – das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e de todas as outras entidades ligadas ao orçamento federal. Para realizar este confisco sobre a verba conseguida por fundações e outros organismos governamentais, a equipe econômica vale-se do argumento de que qualquer dinheiro recebido por uma instituição pública pertence ao Estado.

Apesar do ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, garantir que as universidades ficarão com os recursos que estiverem em caixa no dia 31 de dezembro, existe muita desconfiança. Para o professor de Macroeconomia da Ufrgs, Luiz Miranda, a MP 1.600 é mais um artifício que colabora para

a privatização das universidades públicas. "É uma maneira de retirar todas as possibilidades da universidade enfrentar a crise com suas próprias forças", denuncia ao lembrar que a capacidade de endividamento das empresas públicas foi um dos fatores de sucateamento das estatais.

Alarmismo ou pura falácia, os efeitos do confisco do saldo financeiro de 97 podem trazer problemas sérios para a Ufrgs. Segundo Lahorgue, 90% do superávit da universidade está comprometido com algum convênio que possui custos a serem pagos no decorrer do trabalho. "No nosso caso, saldo financeiro não é lucro porque reflete um compromisso com quem nos contrata", define a pró-reitora. Entre os principais acordos, a Ufrgs tem compromissos com a Prefeitura de Porto Alegre, Governo do Estado, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

No ano passado, os recursos próprios da Ufrgs representaram um saldo financeiro total de R\$ 5,9 milhões, que só foi incorporado em novembro deste ano depois de uma batalha política que se arrastava desde abril. "Esses recursos basicamente mantêm a nossa pesquisa", define Lahorgue. "Se o governo for adiante vamos ter que parar os projetos todos para discutir um por um", acrescenta.

E a parada não fica por aí. Nos primeiros dois meses do ano, são os recursos próprios que subsidiam despesas como almoçarifado e outros custos da rotina acadêmica. "Nós sempre lançamos mão desse dinheiro para bancar os gastos mais urgentes", resume a pró-reitora. Se forem confiscados pela MP 1.600, diz a pró-reitora, a universidade não

Com o passar dos anos, essa medida poderá ter reflexos desagradáveis na vida de professores, funcionários e alunos. Enquanto os dois primeiros terão sua carga de trabalho ampliada em dois terços, os terceiros enfrentarão superpopulação em sala de aula. "Os professores terão de trabalhar mais por um salário que, se mantido real em poder de compra, estaria diminuído em termos relativos", afirma Miranda.

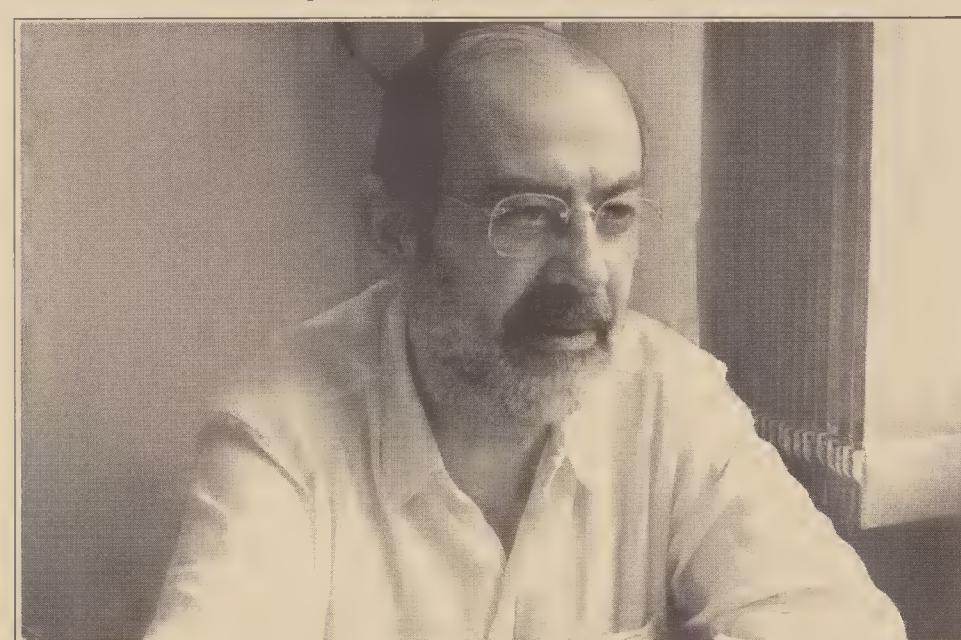
Para o economista, quem ganha com a falta de pessoal nas Ifes são as universidades privadas, onde a demanda crescerá. "Ganhando mais alunos, elas terão motivos para aumentar seus preços", prevê o professor, que considera o sucateamento das universidades públicas parte de um projeto para entregá-las às instituições privadas.

Segundo Miranda, as demais medidas do pacote fiscal afetam o bolso dos professores e dos funcionários da Ufrgs como o de qualquer trabalhador comum. "No caso do Imposto de Renda e do aumento dos outros impostos, a diferença é que a mesma taxa incide sobre quem está ficando cada vez mais pobre por falta de reajuste salarial", destaca.



As surpresas que mais afetam as Ifes

Medida	Impacto em 1998 (R\$ bi)
Redução em 15% dos gastos em atividades em 98, com exceção das áreas de Saúde, Assistência Social e Reforma Agrária.	1,7
Corte de 6% no valor dos projetos em 1998.	0,5
Demissão não incentivada e seletiva de cerca de 33 mil servidores não estáveis da administração pública federal.	não divulgado
Redução dos gastos com pessoal no ano de 1998, inclusive com a suspensão de reajustes salariais.	1,5
Extinção de 70 mil cargos civis vagos no Poder Executivo Federal.	não divulgado
Limitação ao provimento de novos cargos públicos civis no Poder Executivo Federal a 1/3 do total das aposentadorias concedidas e demais vacâncias, no exercício anterior.	não divulgado
Extinção da incorporação de décimos sobre cargos e funções.	não divulgado
Revisão dos contratos de prestação de serviços (redução de 20%).	0,58
Revisão dos critérios de concessão das bolsas de ensino e pesquisa com redução de 12,5% das dotações em 1998.	0,1
Fixação de teto de R\$ 24 per capita para planos de saúde dos servidores, vedada a suplementação de dotação orçamentária.	não divulgado



Na sequência dos cortes, Miranda enxerga benefícios para universidades privadas

Fotos Fabrício Osanai

Verba do Tesouro para custeio será reduzida em R\$ 1 milhão

Pacote que se preza nunca vem sozinho. Isoladamente, as medidas anunciamas no dia 10 de novembro já iriam causar um grande estrago na Ufrgs e nas demais Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Para aumentar o terror, o governo vem colocando obstáculos para que as universidades públicas garantam suplementações de recursos e a votação do Orçamento de 98.

Nas contas do ano que vem, o corte médio programado para as Ifes significará 10,51%, ou quase R\$ 37 milhões, da rubrica de outros custeos de capital (OCC) dos Recursos do Tesouro. A Ufrgs teve mais sorte. Deverá perder cerca de R\$ 1,1 milhão, ou 7,37%, do que receberá para bancar seus custos. "Esta é a nossa preocupação número um", garante a pró-reitora de Planejamento, Maria Alice Lahorgue.

Tudo isso irá acontecer apesar das garantias dadas pela equipe econômica de que o custeio da Educação seria preservado do corte de 15%, linear em várias áreas da administração federal. "Uma verba 10% menor significa que estão nos cortando o custeio via orçamento, que já era insuficiente", denuncia a pró-reitora.

Para tentar salvar algo, várias emendas foram apresentadas. As propostas individuais somaram R\$ 5.435.000,00. Mais R\$ 16 milhões foram conquistados via Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Para completar, duas emendas de R\$ 7 milhões foram aprovadas para a manutenção dos hospitais universitários e para um programa de interiorização na Região Norte.



Pró-reitora de Planejamento revela que as perdas se acentuarão após as medidas

Do corte inicial de R\$ 36.993.622,00, as emendas conjuntas conseguiram recuperar R\$ 35.435.000,00. "Tudo indica que isso é o que estaremos autorizados a gastar a mais", acredita a pró-reitora. Pode parecer muito, mas o desejo das Ifes com as emendas era receber R\$ 30 milhões em capital e R\$ 90 milhões com custeio.

Na Ufrgs, o resgate ficou em pouco mais da metade. O total proposto de recursos para OCC no próximo ano seria de R\$ 14.486.675,00, ou 86,7% dos recursos liberados em 97. Com o corte de R\$ 1.067.670,00, a perda aumentou ainda mais. Uma emenda proposta pela

Andifes conseguiu recuperar R\$ 662.000,00, ou 62% do tesourão do orçamento. Não foi a salvação da lavoura mas ajudou a universidade a reduzir suas perdas para R\$ 405.670,00, ou 2,8% do orçamento inicial.

De toda a batalha financeira, nem os pedidos de acréscimo ao orçamento deste ano foram atendidos. "Nós precisamos de uma definição antes de janeiro", espera Lahorgue. No final de novembro, eles ainda dependiam de registro na Secretaria do Tesouro Nacional para serem liberados. "O pacote veio para trazer ainda mais preocupações", lamenta.

CNPq revisará bolsas de iniciação

Como se não bastasse ter derrubado economias do mundo inteiro, a queda nas Bolsas de valores do sudeste asiático acabou abalando similares no Brasil. Ainda não se sabe quanto, mas a concessão de bolsas de ensino para os cursos de pós-graduação das universidades públicas, responsáveis pela qualificação de professores, também entrará nos cortes anunciados pelo governo. Nos corredores da Ufrgs existe um mistério: a redução de recursos afetará as bolsas de iniciação científica ou de estudantes e professores que estão fazendo mestrado ou doutorado? "Mesmo que o impacto seja menor na Pós, ele atinge todo o sistema de bolsas", salienta o pró-reitor de Pós-Graduação da Ufrgs, José Carlos Hennemann.

As duas agências que coordenam os incentivos públicos adotaram políticas diferentes em relação aos cortes, que podem passar dos 10% para a renovação e 50% para a concessão de novas bolsas. No final de novembro, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou que seu orçamento sofrerá

um corte de 10% na concessão de bolsas de formação e pesquisa. O orçamento de R\$ 490 milhões cairá para R\$ 440 milhões.

Em nota oficial, o presidente do CNPq, José Galizia Tundisi, garantiu que as restrições serão dirigidas para bolsas de iniciação científica, tecnológica, especialização e aperfeiçoamento, mestrado, auxílio a viagens e participação em eventos científicos e bolsas de curta duração. Neste ano, o CNPq concedeu para a Ufrgs 457 bolsas de mestrado e 236 de doutorado. Em fase de julgamento dos pedidos para 98, a agência antecipou que não serão dados reajustes ao valor das bolsas e que o planejamento será revisto. Na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a idéia é manter na pós-graduação da Ufrgs os padrões de 97, quando foram concedidas 545 bolsas de mestrado e 194 de doutorado.

No Instituto de Informática da Ufrgs, a demanda por bolsas de pós-graduação já era grande antes do pacote fiscal. "Se cortarem, o problema vai se agravar ainda mais", avisa o coordenador do curso de Pós-Graduação

em Ciência da Computação, Flávio Wagner. Antes do anúncio das medidas, a previsão era de que em 98, 15 candidatos ao doutorado ficariam sem as bolsas. No mestrado, a situação é pior. Wagner estima que 20 alunos não terão chance de fazer o curso por falta de recursos. "A situação das bolsas é incerta mas vai haver prejuízo", entende o professor.

Todo ano, cerca de 70 novos alunos entram no mestrado da Informática, que possui 160 alunos, e 30 ingressam no doutorado, que tem 35 alunos. Ao todo, 75 precisariam de auxílio financeiro para fazer o curso. "O prejuízo pode ser menor na pesquisa", espera Wagner.

Segundo Hennemann, tanto a Capes quanto o CNPq só divulgarão os números perto do final do ano. Até lá, tudo é expectativa e especulação. "Não existe nem a garantia da manutenção das bolsas que estão andamento", afirma o pró-reitor. Para ele, os efeitos dessa medida só serão sentidos a médio e longo prazo, uma vez que os mestradinhos duram dois anos e os doutorados, quatro. "Pode haver redução na produção científica das universidades", acredita ele.

EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFRGS

CURSO/ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
MESTRADO	1.770	2.054	1.962	2.043	2.357	2.395	2.955
DOUTORADO	292	353	438	521	695	803	968

Seminário discute o perfil da Universidade do futuro

Na Semana da Ufrgs, a relação entre a comunidade acadêmica e a sociedade deu o tom das comemorações dos 63 anos da instituição

Aira uma dúvida geral sobre o perfil da universidade num futuro não muito distante. Professores, empresários, pensadores e representantes da vida acadêmica acreditam que é preciso, primeiro, entender as transformações que a sociedade está sofrendo, para depois traçar o papel das instituições de conhecimento e pesquisa pós-ano 2.000.

Este foi o tema central do seminário "Os Desafios da Universidade para o Terceiro Milênio", realizado dia 27 de novembro no Salão de Atos II da Reitoria, dentro das comemorações da Semana de Aniversário da Ufrgs. O debate teve a participação do presidente da Federasul, Mauro Knijnik, do ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, e da reitora, Wrana Panizzi, com mediação do presidente da Adufrgs, Renato de Oliveira.

Liberdade de pesquisa

Tecendo elogios à função das universidades na sociedade da informação, o presidente da Federasul defendeu o livre arbítrio de pesquisadores e acadêmicos e pregou uma maior associação entre empresas e instituições de ensino. Para que isso exista, porém, Knijnik ressalta que não poderá haver restrições à autonomia de pesquisa.

Como não poderia deixar de ser, a reitora da Ufrgs fez uma exposição das dificuldades atuais enfrentadas pela Universidade pública, onde a falta de recursos e de autonomia dificultam o avanço da pesquisa e da própria formação acadêmica.

Panizzi divulgou uma defesa programática para reverter esse quadro, baseada na proposta de autonomia universitária defendida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Fim da Cidadania?

Com uma visão mais universal, o ex-prefeito Tarso Genro trouxe a provocação para a mesa de debates. Para ele, a instituição deve exercer papel de vanguarda para ajudar as crises da sociedade. Uma delas seria analisar as transformações que a própria sociedade contemporânea vem atravessando. Ele acredita que estas alterações estariam associadas à crise do Estado Nacional, instabilidades do mercado e uma consequente distorção do conceito de cidadania.

Se antigamente valores eram intercambiados por bens físicos entre homens que constituíam empresas, atualmente o comércio

Ricardo de Andrade



Tarso teme o fim da coletividade

se dá na informação, números trocados entre sistemas de computadores. Com a criação do mercado virtual, o indivíduo acaba sendo expulso do espaço físico que forma a coletividade e onde se dão as relações sociais. Seria o fim da cidadania, pergunta Genro?

Se a resposta for positiva, é preciso encontrar um novo lugar para a universidade, que não vive sem o coletivo e o próprio ser humano. "Nós temos que discutir qual será o papel da universidade pública daqui para frente", concorda o presidente da Adufrgs.

Voz na Tribuna

Integrando as comemorações



Leitura de manifesto inaugura na Ufrgs a Tribuna Universitária

dos 63 anos da Ufrgs, no mesmo dia 27 de novembro, foi inaugurada a Tribuna Universitária. Com a participação de representantes da comunidade acadêmica, o novo espaço para a exposição dos problemas do campus foi lançado com a leitura do manifesto "A

Universidade Está Viva". No texto, que é a síntese da Carta da Ufrgs, os signatários defendem a autonomia da universidade com a continuação do financiamento público. Ao final da leitura, um abraço simbólico ao prédio da Reitoria marcou a solidariedade à Universidade.

MEC quer tirar benefícios pagos a mais para aposentados da Paraíba

Um erro de interpretação pode provocar uma avalanche de protestos de aposentados ligados à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em circular encaminhada ao presidente da Associação de Docentes da UFPB-JP/SSind no dia 25 de novembro, o superintendente de Recursos Humanos do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), José de Arimatéa Menezes Lucena, informa que o Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare) está procedendo uma "retificação de valor pago a maior nos proventos dos aposentados".

A pendega refere-se a uma auditoria feita na universidade entre

agosto e setembro deste ano. O Tribunal de Contas da União constatou que os inativos da UFPB (aposentados entre abril de 91 a janeiro de 96) não poderiam ter incorporado ao seu vencimento a GAE e adicionais por tempo de serviço a partir de um benefício previsto no artigo 192, inciso II, da Lei de Regime Jurídico Único. Pelo dispositivo, ao se aposentar, o funcionário incorporaria a diferença entre seu vencimento básico e o vencimento imediatamente superior ao seu cargo.

Identificado o equívoco, a SRH foi orientada a efetuar não só a correção nos contracheques como

também a restituição das importâncias pagas "indevidamente" para cada servidor. Pelos cálculos da Adufb-JP/SSind, somente entre professores, mais de 500 aposentados serão atingidos pela revisão dos benefícios. "Essa incorporação representa 20% do salário dos servidores", estima o presidente da entidade,

No dia 2 de dezembro, uma reunião na sede da AD discutiu a questão junto ao grupo de trabalho dos Aposentados. Na mesma semana, a assessoria jurídica da associação encaminhou uma ação cautelar solicitando que seja suspensa a decisão da União.

*O Adverso tem
informação para dar,
mas não para vender.*

*Colabore com o seu jornal:
escreva para a redação.
Críticas, artigos, cartas, tudo é bem-vindo.*

ADVERSO
JORNAL DA ADVERSOS
Nº 24
QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1997
IMPRESSO

O filão dos negócios na Ufrgs

Mais de 500 convênios e contratos firmados pela Ufrgs colocam em xeque o papel da extensão na Universidade

SINDICALISMO
O dilema dos professores universitários: reivindicar direitos específicos ou unir-se aos servidores públicos federais

TV UNIVERSITÁRIA
Como conciliar os princípios da Universidade com as características da televisão?

MARCHA DOS SEM
CUT gaúcha prepara uma resposta ao pacote do governo reunindo os excludentes protestos para 10 mil pessoas

ENTREVISTA
Luiz Antônio de Assis Brasil, patrono da Feira do Livro, revela a fórmula que o levou à maior produção literária da atualidade

O jornal da Associação de Docentes da Ufrgs

Marcha dos excluídos invade Porto Alegre

Milhares de manifestantes saíram às ruas para protestar contra os governos de FHC e Britto

A Marcha dos Sem, movimento popular em protesto às políticas dos governos federal e estadual, invadiu as ruas da Capital na sexta-feira, 28 e transformou-se no maior ato público deste ano no Estado. Organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) além de diversas outras entidades, a manifestação obteve a participação de aproximadamente 10 mil pessoas em reivindicações por melhores medidas nas áreas de saúde, moradia, educação, emprego, política agrícola e serviço público. A Marcha tomou as ruas de Porto Alegre com bandeiras, cartazes e distribuição de panfletos, conturbou o trânsito e chamou a atenção da população para os milhares de desfavorecidos pelo modelo econômico implantado no país.

Peregrinação

A Marcha constituiu-se de diferentes caminhadas com saídas de grupos temáticos de Porto Alegre e de cidades como Novo Hamburgo, Gravataí, Canoas e Alvorada. Os professores ligados ao Cpers, por exemplo, realizaram um protesto em frente à prefeitura de Alvorada às 7h e seguiram a pé em direção ao Laçador. Os manifestantes da área da saúde realizaram um ato público às 7h da manhã em frente ao Hospital Conceição e às 8h em frente ao Posto de Atendimento Médico 4, do INSS. Os manifestantes do setor de moradia saíram de três pontos: da Associação dos Moradores do Parque dos Maias, da Igreja Bom Jesus e da Parada 61, de Gravataí. O ponto de encontro, a partir das 11 horas, foi no Monumento ao Laçador. Os professores, funcionários e estudantes da Ufrgs reuniram-se a partir das 12h na Praça Argentina, de onde saíram em caminhada para se juntar à Marcha na Avenida Farrapos. Desse ponto a manifestação saiu em peregrinação pelas ruas da cidade até a Praça da Matriz, onde foi realizado um ato público em frente à sede do governo do Estado, a partir das 15 horas. O ato juntou num carro de som diversas bandeiras e tendências políticas incluindo sindicalistas, políticos, estudantes e servidores públicos. O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, a senadora Emilia Fernandes (PDT), o presidente estadual do PDT, Sereno Chaise, além de deputados de diversas matizes políticas rezaram-se ao microfone para atacar os governos de FHC e Britto. Um dos pontos altos da manifestação foi quando Lula afirmou que ao lado dos sem-terra, sem-emprego e sem-teto estão os "sem-caráter, os sem-vergonha, os sem-compromisso".

A reação dos porto-alegrenses à Marcha dos Sem variou do apoio expresso em buzinações e chuva de papel picado jogado do alto dos prédios à irritação em face dos congestionamentos. Poucos permaneceram indiferentes.

Para o presidente da CUT, Francisco Vicente, a Marcha dos Sem serviu para mostrar à população os efeitos do modelo econômico implantado e iniciar uma ofensiva aos governos de FHC e Britto. Segundo o presidente da CUT, diversas manifestações como essa devem ocorrer em todo o Brasil nos próximos meses.

Fotos Fabrício Osanai



Ato público em frente à sede do governo tomou conta da Praça da Matriz



Servidores da Ufrgs se mobilizaram contra o corte de pessoal embutido no pacote



Atores, que encenaram a malhação de Judas, animaram os protestos contra as políticas econômicas dos dois governos



Brigada Militar mobilizou cerca de 400 PMs para acompanhar a manifestação e impedir a entrada no Palácio Piratini

AS RAZÕES DE CADA UM

SEM ESCOLA

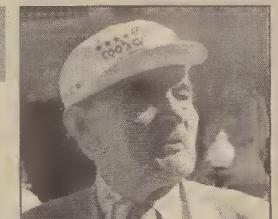
Alex de Oliveira (18)
Morador de rua em Porto Alegre



"Eu quero que o presidente ajude a gente a ter escola, moradia e emprego. Se ele não roubar, já tá bom. Acho que ele deve ajudar todo mundo."

SEM SAÚDE

Firmino Correia (72)
Aposentado



"Acho que a saúde tem que ser de graça. Participo dessa manifestação porque estão vendendo nosso patrimônio. Eu lutei na Segunda Guerra pelo país e agora estão entregando tudo."

SEM MORADIA

L. N. S. (13)
Dorme na rua
"Eu quero um lugar para morar. Eu fui de casa porque minha madrasta me batia. Eu também quero ter uma profissão. Eu queria ser pintora."



Osmar Almeida (47)
Residente em Ijuí



"A gente faz todo esforço para mudar essa situação. Acho que assim a gente vai ajudar. O Brasil não tem economia. Eu quero um pedaço de terra, estudo e saúde."

SEM ESPERANCA

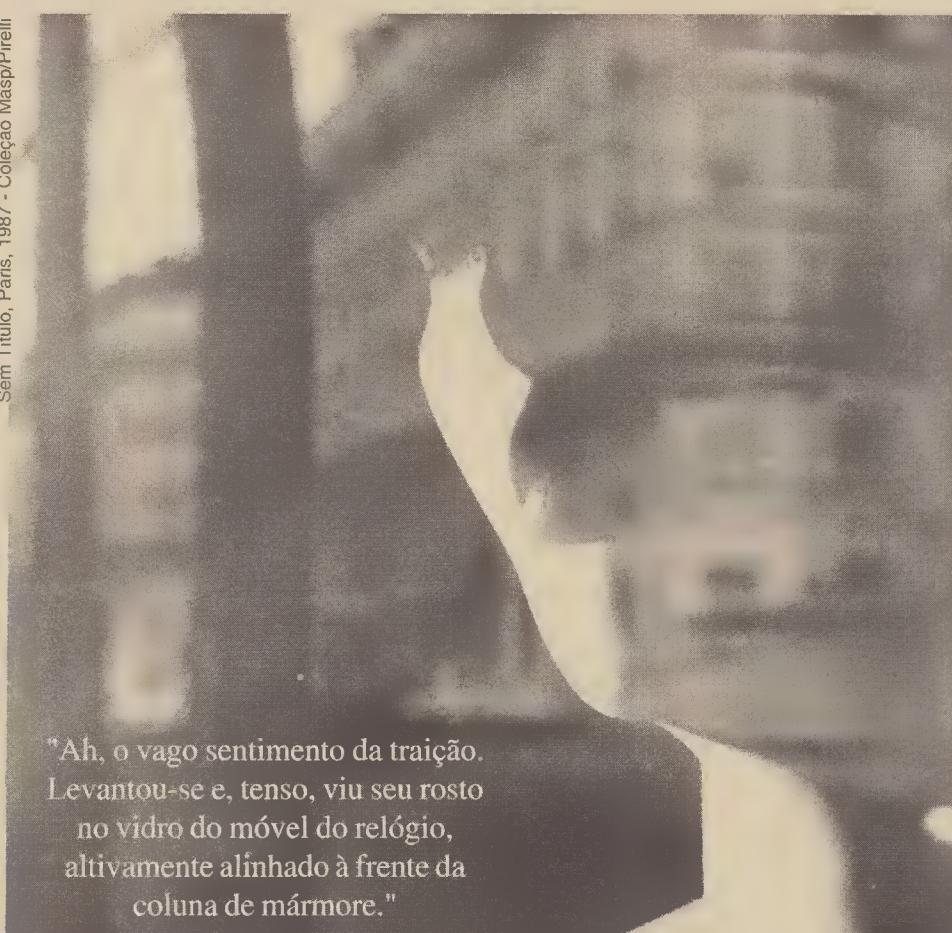
José Golbinski (63)
Dorme em bancos na rodoviária, nas ruas ou em albergues.



"Qualquer coisa me serve. Tô comendo mal. Só peço uma casinha com um pedacinho de terra para plantar. Tenho boa saúde e sempre rezo a Deus que me dê força."

Com este conto, escrito pelo professor **Mário S. V. Cabeda**, o Adverso inaugura um espaço de prosa e poesia para professores e colaboradores tirarem da gaveta seus sonhos, desejos e ambições no mundo literário.

Sem Título, Páis, 1987 - Coleção Masp/Pirelli



"Ah, o vago sentimento da traição.
Levantou-se e, tenso, viu seu rosto
no vidro do móvel do relógio,
altivamente alinhado à frente da
coluna de mármore."

O Vidro

Cn quanto aguardava na solidão da nobre e imensa sala, afundou no conforto de um sofá que, passivamente, moldava-se à anatomia do enorme corpo. Pensou nas vezes que ali já estivera. Inúmeras, no pouco tempo desde que a conhecera, assegurando, mas sem que tivesse maior certeza, a solidez daquela estranha relação e dando-lhe uma vaga sensação de tê-la sob domínio. No fundo sentia-se um cínico. Um poderoso impulso interno seduzira-o e o empurrava, já com habitualidade, para aquela sala. Tal como na primeira vez, sentia-se levado por alguma missão, quem sabe. Um misterioso encanto o possuía, tomava conta de si. O ego era-lhe grande tanto quanto podia perceber, mas contraditoriamente frágil. Reconhecia que convivera desde sempre com a estranha sensação de haver traído. Jamais pudera precisar quem ou o quê. Era tudo vago. Isso o assustava e, sabia, debilitava. O cinismo servia-lhe. Um escudo. A aparente candura e a palavra macia e fluida o ajudavam, tinha consciência. Bem, era uma convicção, essa sim. Dos quadros apreciava um Guido e, talvez, gostasse de um dos Weingartner, sem saber bem das razões. Mas procurava não pensar sobre isso, deixando-se levar, e só. Deixar-se

levar. Quem sabe daí o vazio, inquietou-se, percebendo que nunca cogitara disso. As relações haviam sido todas efêmeras e irresolvidas. Ah, o vago sentimento da traição. Levantou-se e, tenso, viu seu rosto no vidro do móvel do relógio, altivamente alinhado à frente da coluna de mármore. Examinou-se no silêncio e esforçou-se na busca de alguma lógica, sem nunca tirar os olhos dos seus. Serei o próximo, chegou a balbuciar. Traído, envergonhou-se. Desabou num susto quando ouviu o abrupto barulho da porta, e o temor de que seu íntimo tivesse ficado para sempre gravado naquele vidro invadiu-lhe. Caminhou, refazendo-se, em direção a ela, seus passos engolidos pelo grosso tapete. Pequena, abaixou-se. Cumprimentaram-se com um calor cúmplice e escondido, escuso talvez. Estranho. Aquela sensação, o móvel do relógio. Ser o próximo. Aquela pensamento de novo. O impulso? A voz dela. Um ansioso e já familiar turbilhão de palavras o interrompeu. Olhou, então, instintivamente para aquele vidro.

Professor do Departamento de Solos – Faculdade de Agronomia da Ufrgs.

Um imposto sobre o capital

O jornal "Le Monde Diplomatique" propõe taxar todas as operações financeiras para reduzir o papel desestabilizador dos mercados globais e erradicar a pobreza absoluta até o início do século XXI

O tufão sobre as Bolsas da Ásia ameaça o resto do mundo. A globalização do capital financeiro está colocando os povos em estado de insegurança generalizada. Ela enquadra e rebaixa as nações e seus Estados da condição de espaços para o exercício da democracia e a garantia do bem comum.

A globalização financeira criou, por outro lado, seu próprio Estado. Um Estado supranacional, que dispõe de seus aparelhos, de suas redes de influência e de seus meios

supra-nacionais, mas sem qualquer controle pela democracia parlamentar. Ela pode declarar as legislações nacionais, em matéria de direito do trabalho, de ambiente ou de saúde pública, "contrárias à liberdade de comércio", e pedir sua anulação (2). Além disso, negocia-se desde maio de 1995 na OCDE, bem longe das opiniões públicas, o importantíssimo Acordo Multilateral sobre Investimentos (MAI, em inglês), que poderá ser assinado em 1998, e que visa dar, aos investidores, plenos poderes face aos governos.

O desarmamento do poder financeiro precisa tornar-se um objetivo cívico maior, se queremos evitar que o mundo do próximo século se transforme numa selva onde os predadores farão a lei. A cada dia, US\$ 1,5 trilhão fazem idas e vindas pelo mundo, especulando com as variações do preço das moedas. Esta instabilidade de mudanças é uma das causas da alta dos juros reais, que freia o consumo das famílias e o investimento das empresas. Ela aprofunda os déficits públicos e incita os fundos de pensão, que manipulam centenas de bilhões de dólares, a exigir das empresas dividendos cada vez mais elevados. As primeiras vítimas desta corrida pelos lucros são os assalariados, cuja demissão massiva sempre eleva a cotação das ações de seus ex-empregadores. As sociedades podem tolerar por muito tempo o intolerável? É urgente atirar alguns grãos de areia nos movimentos de capitais devastadores. De três maneiras: supressão dos "paraísos fiscais", aumento da taxação dos ganhos de capital e taxação das transações financeiras.

Os paraísos fiscais são zonas onde reina

o sigilo bancário, que serve apenas para camuflar as malversações e outras atividades mafiosas. Bilhões de dólares ficam, dessa forma, livres de qualquer taxação, em benefício dos milionários e das instituições financeiras. Todos os grandes bancos do planeta têm sucursais nos paraísos fiscais e tiram deles grande proveito. Por que não decretar um boicote financeiro contra, por exemplo, Gibraltar, as Ilhas Cayman e o Liechtenstein, proibindo todos os bancos que trabalham com os poderes públicos de abrir filiais nesses locais? A taxação dos ganhos financeiros é uma exigência democrática mínima. Esses ganhos deveriam ser taxados pelas mesmas alíquotas que incidem sobre os rendimentos do trabalho.

Não é o que ocorre em nenhum lugar, em particular dentro da União Européia. A liberdade total de circulação dos capitais desestabiliza a democracia. Por isso é necessário colocar em ação mecanismos dissuasivos. Um deles é a Taxa Tobin, nome de um norte-americano que ganhou o Prêmio Nobel de Economia e fez a proposta em 1972. Trata-se de taxar, de maneira módica, todas as transações feitas nos mercados de financeiros para estabilizá-los e, ao mesmo tempo, proporcionar receitas à comunidade internacional. Com uma alíquota de 0,1%, a Taxa Tobin arrecadaria a cada ano, cerca de US\$ 166 bilhões, duas vezes mais que a soma anual necessária para erradicar a pobreza extrema até o início do próximo século (3).

Diversos especialistas demonstraram que a criação dessa taxa não apresenta qualquer dificuldade técnica (4). Sua aplicação arruinaria o credo liberal de todos os que não se cansam de dizer que as medidas de

distribuição de riqueza tornaram-se impossíveis, no atual sistema.

Por que não criar, em escala planetária, a ONG Ação pela Taxa Tobin de Ajuda aos Cidadãos (Attac)? Em conjunto com os sindicatos e entidades culturais, sociais ou ecológicas, ela poderia agir como um formidável grupo de pressão cívica junto aos governos, para pressioná-los a reclamar, enfim, a colocação em prática deste imposto mundial de solidariedade.

"A Taxa Tobin arrecadaria 166 bilhões de dólares ao ano, duas vezes mais que a soma necessária para erradicar a pobreza extrema até o início do século"

de ação próprios. Trata-se da constelação Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Estas quatro instituições falam com uma só voz – que repercute na quase totalidade da grande mídia – para exaltar as "virtudes do mercado".

Este Estado mundial é um poder sem sociedades, cujo papel foi usurpado pelos mercados financeiros e as empresas gigantes que o comandam. Em consequência, as sociedades realmente existentes transformaram-se em sociedades sem poder (1). E o problema se agrava. A OMC, que sucedeu o GATT, transformou-se também, desde 1995, numa instituição dotada de poderes

(1) Ler, de André Gorz, "Misérias do presente, riqueza do futuro", edições Galilée, Paris, 1997; e também a comunicação de Barnard Cassen no colóquio "A social-democracia na hora da mundialização", organizado pelo Partido Quebequista (PQ) do Canadá, em Quebec, entre 27 e 28 de 1997. O Grupo de Lisboa, presidido por Riccardo Petrella, vai publicar brevemente (Edições Labor, Bruxelas) um estudo intitulado "O Desarmamento Financeiro".

(2) Conforme François Chesnais, em "A Mundialização do capital", editado no Brasil pela Xamã Editorial.

(3) Relatório sobre o desenvolvimento humano, 1997.

(4) Cf. Mahbub Ul Haq, Inge Kaul e Isabelle Grunberg, em "A Taxa Tobin: enfrentando a volatilidade financeira, Ler também "Le Monde Diplomatique", fevereiro de 1997.

Este texto foi publicado como Editorial da edição de dezembro do *Le Monde Diplomatique*.

Western dos Pampas

Elisabete Lacerda

A rixa remanescente entre chimangos e maragatos no período pós-revolução de 1923 dá o tom de *Lua de Outubro*, primeira produção conjunta dos países do Mercosul que reúne atores do Brasil, Argentina e Espanha. Filme com um roteiro bem construído, *Lua de Outubro* é capaz de unir características de "western" americano à realidade cotidiana dos pampas, além de manter o clima de suspense, enfatizado com a intercalação de cenas passadas e presentes até o final. A improbabilidade de descoberta dos destinos dos personagens aliada às belas imagens do Rio Grande do Sul e Uruguai prende a atenção do espectador durante toda a projeção.

O roteiro de *Lua de Outubro*, escrito por Alfredo Sirkis, é baseado em três contos do uruguaiño Mario Arregui. Pedro Arzábal,

surpreendentemente bem interpretado por Marcos Winter, é o capitão republicano que, depois de lutar na revolução, ganha a posse de algumas terras como recompensa. Ele quer um pouco de paz e pretende estabelecer-se na fronteira com a Banda Oriental, mas o clima de rivalidade ainda existente entre os habitantes da região e a atração que sente pela filha do chefe político do local, Don Marcial López, alteram radicalmente seus planos de vida. O personagem interpretado pelo argentino Alberto de Mendoza é o retrato do coronelismo da década de 20, que por muito tempo imperou nas pequenas cidades brasileiras, enfatizado na relação dele com o subdelegado Pazos, personagem do gaúcho Oscar Simch. Aliás, os nascidos sob as estrelas do pampa brasileiro marcam presença em pelo menos uma dúzia de papéis de *Lua de Outubro*, que conta inclusive com a participação especial do secretário da Agricultura e do Abastecimento, César Schirmer. A espanhola Beatriz Ricco é a enigmática filha de Don Marcial López.

Rodado em 50 dias de agosto, novembro e dezembro de 1996 nas cidades de Rivera e Florida, no Uruguai, e Santana do Livramento, o filme custou R\$ 2,5 milhões, cobertos pela CEEE e algumas outras empresas brasileiras que se utilizaram da Lei

Rouanet e da Lei do Audiovisual para apoiar o projeto. *Lua de Outubro* segue seu caminho em festivais nacionais e internacionais de cinema, tendo sido selecionado para o Festival de Huelva, na Espanha, para onde vai neste mês de dezembro, e Berlim. O filme estreou dia 28 de novembro nos cinemas de Goiânia e dia 5 de dezembro em Brasília, de onde saiu com o prêmio de melhor som no Festival patrocinado por aquele Distrito. A meta agora é atingir o maior número possível de cidades do interior do Rio Grande do Sul, onde sessões itinerantes serão levadas aos municípios que não dispõem de salas de projeção. A estréia em Punta del Este deve ocorrer ainda em dezembro e a Argentina vai apreciar o trabalho de seus atores e produtores em março ou abril de 1998.

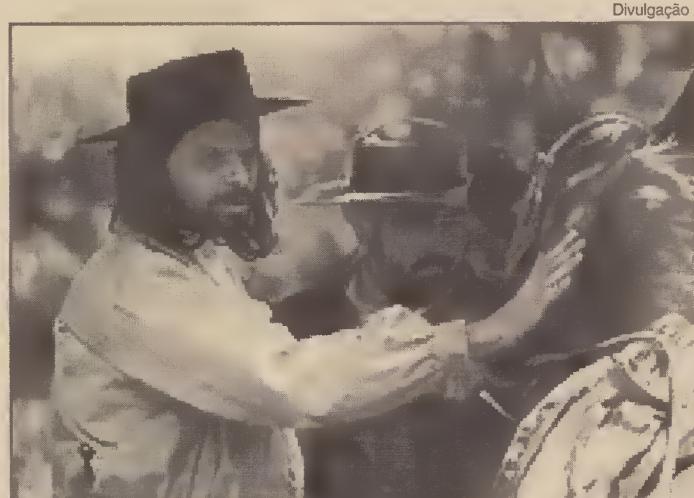
Lua de Outubro é um filme que vale a pena. Entretanto, o belo trabalho foi fortemente prejudicado em termos de público por estar no rastro da outra produção inspirada em temas gaúchos, *Anahy de las Missiones*, um filme muito lento e sem final definido que acabou com a possível intenção do público de ver outro "gauchismo". Teria sido melhor para ambos se *Lua de Outubro*



tivesse estreado primeiro. A politicagem que ainda influencia a decisão de jurados em festivais nacionais é outro obstáculo que deve ser superado pelas produções mais populares que não contam com o apoio dos coronéis do cinema brasileiro.

Lua de Outubro não é, obviamente, um filme perfeito. Há alguns problemas de continuidade e poucos problemas de iluminação perceptíveis, mas a história é boa e o público que assistiu deve reconhecer isso. Os que não tiveram a oportunidade de apreciar o trabalho, poderão fazê-lo assim que o filme re-entrar em cartaz em Porto Alegre ou sair em vídeo em meados de junho do próximo ano.

Elisabete Lacerda é jornalista



Divulgação

ORELHA



Criança Hospitalizada-

Atenção integral como escuta à Vida

Ricardo Burg Ceccim e Paulo Antonacci Carvalho (orgs)

Resultado de um curso sobre a criança no espaço hospitalar promovido pelas Faculdades de Educação e Medicina da Ufrgs e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (Serviço de Internação Pediátrica). Ed. da Universidade, 195pp. R\$ 16,00.



Atuadores da Paixão - Sandra Alencar

Relato sobre a história e atuação do Grupo Teatral Ó Nós Aqui Traveiz nos seus 20 anos de existência. Destaca a ação do grupo junto as manifestações populares pela redemocratização através da arte nas ruas, em contato direto com o público. Apoio do Coletivo Sindical de Cultura. Editora Pallotti. 316pp.



Desafios e Utopias no Ensino de Geografia

Nestor André Kaercher

Fruto de uma dissertação de mestrado, o livro traz uma reflexão do ato de ser professor. Propõe a compreensão da geografia relacional desenvolvida pelo autor. Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul, 146 pp. R\$ 14,00.



Niklas Luhmann - A nova teoria dos sistemas

Clarissa Baeta Neves e Eva Machado Samios(coord)

Coletânea de textos com o objetivo de contribuir para o conhecimento da obra de Niklas Luhmann e seu esforço em formular uma metateoria sociológica sobre a sociedade moderna, caracterizada pela complexidade. 111pp. R\$10,00.



Introdução à Mecânica Estrutural

João Ricardo Masuero e Guillermo Juan Creus

Aborda assuntos normalmente estudados em cursos de Isostática e Resistência dos Materiais. Concebido como livro-texto para cursos iniciais de Engenharia traz parte do conteúdo teórico sob forma de exercícios resolvidos. Editora da Universidade, 304pp. R\$25,00.



HEMEROTECA



The World Today

Nº 21 – Volume 19 – 30 de outubro de 1997

Bigger Nato, Bigger Sales – Joanna Spear

Paying for Pollution – Michael Grubb

Democracy-The only game in town? – Darren Wallis

Manoeuvring with the military – Dov Lynch

Mercenaries, mines and mistakes – Keith Suter

Jornais diários

–Zero Hora

–Correio do Povo

– Jornal do Comércio

– Folha de São Paulo

WWW

Lembretes oportunos

www.cvp.com/freemind

Às 12h 30m do dia importante envia um lembrete via e-mail.

Preparação física

www.fitnesslink.com

Programas de preparação física, mudança de hábitos e informação nutricional.

Visite a página da Adufrgs: <http://www.adufrgs.org.br>

Surrealismo

www.pharmdec.wustl.edu/juju/surrealism.html

Sobre o movimento surrealista, com imagens e jogos interativos.

Quem gosta de violão

home.iis.com.br/~cfreitas/pages/violao.html

Músicas cifradas para violão.

Os juízes nem sempre têm razão

Fábio Konder Comparato, um dos mais respeitados juristas brasileiros, não aceita a tese de que decisão de juiz não se discute. "Sendo um servidor público, todo juiz deve prestar contas de seus atos", defende. Crítico do sistema jurisdicional e do papel dos juízes numa democracia, Comparato reivindica reformas no Poder Judiciário que oxigenem a instituição e garantam sua independência face à voracidade do Executivo. Numa rápida conversa com o Adverso, Comparato explicou porque vê a frágil democracia brasileira ameaçada pelo próprio Judiciário e porque tem criticado publicamente o modelo de ensino praticado pelas escolas de Direito.

Silvano Mariani

Fábrica Osanai



Adverso – Em artigos e manifestações públicas, o senhor tem se mostrado descontente com a atuação do Judiciário. O senhor é a favor de uma reforma neste Poder?

Fábio K. Comparato – Se for para mexer no Poder Judiciário, é preciso, sobretudo, que seja para garantir sua independência. Num país profundamente desigual, com uma tradição de autoritarismo e violência política, o papel do judiciário é o de se opor à hegemonia do Poder Executivo. Se um juiz não é independente, ele comete o maior crime, que é o de prevaricação. Em nosso país, o Poder Judiciário nunca foi independente. E isso transforma-se numa catástrofe nacional quando acontece na Suprema Corte do país. Porque se não é o STF o responsável para dizer o que vale constitucionalmente, quem o será? O STF, pela sua defeituosa organização, está submetido à influência decisiva do presidente da República. Se Fernando Henrique for reeleito, até o final de seu mandato ele terá feito mais da metade dos juízes do STF. Se esses juízes não tiverem disposição para se opor ao presidente, nós estaremos sem Constituição. Se for para mexer no Judiciário, é preciso, sobretudo, que seja para garantir sua independência.

Adverso – Como se daria a reforma?

Comparato – Seria necessário recortar a independência e, sobretudo, agravar as sanções pela quebra dessa independência. Sanções não só contra o Poder Executivo, que é quem quebra mas também contra o juiz que se submete. Por isso, não vejo nada de extraordinário ou extravagante nas propostas de controle externo. Isso faz parte da própria essência da organização democrática. Todos os poderes têm que se contrapor como forma de evitar abusos. O problema é encontrar a forma mais adequada de contraposição desse poder. O Judiciário não pode ser impedido por outro poder e nada impede que se estabeleça um tipo de controle que leve em consideração as organizações da sociedade civil. Então, sou a favor de reformas.

Adverso – O senhor lembra de algum exemplo de fato comprometedor à imagem

de independência do Poder Judiciário?

Comparato – É muito difícil discutir sentenças ou acórdãos, na medida em que os juízes são obrigados a justificar suas decisões. Há certos atos de duvidosa probidade ou de decoro discutível que são praticados por alguns juízes, até mesmo do STF. Por exemplo, há atitudes ou comportamentos que um juiz jamais deve tomar. Uma delas é exibir intimidade com o presidente da República. Porque o STF é o grande censor do presidente e do Congresso. Mesmo que um juiz seja amigo do presidente, esse juiz tem que manter razoável distância. O ministro Nelson Jobim não achou que fosse inadequado freqüentar fazendas do presidente da República. Por outro lado, não viu nada de extraordinário em aceitar convites para ficar na casa de um empresário que já foi processado várias vezes por negócios escusos (*Mário Garnero*). São comportamentos profundamente inadequados.

Adverso – Qual a sua opinião sobre as súmulas vinculantes?

Comparato – A súmula é mais um exemplo de como não se entendeu a função do Judiciário na organização constitucional brasileira. Os juízes não estão inseridos numa organização hierárquica. Um juiz não dá ordem a outro. O

juiz deve obedecer apenas à lei. Quando se obriga um juiz de instância inferior a julgar de acordo com o que foi proclamado de antemão por um tribunal, é o mesmo que dar uma ordem a esse juiz. Significa

"Há atitudes ou comportamentos que um juiz jamais deve tomar. Uma delas é exibir intimidade com o presidente da República"

tirar sua independência para o julgamento. E essa independência é uma proteção para o povo. O juiz já tem suas proteções constitucionais como vitaliciedade, inamobilidade e irredutibilidade salarial que são garantias pessoais. Mas há uma garantia que está ligada ao princípio de independência. O julgamento em duas instâncias é uma garantia de bom exame das causas. Teoricamente, nada impede que seja um juiz de mesma instância que julgue novamente a causa. O que se quer não é a reforma de uma decisão mas um duplo exame da mesma causa. Contudo, os próprios juízes não entendem

que não devem obediência a qualquer tribunal.

Adverso – Algumas decisões da Justiça parecem basear-se mais em critérios políticos e menos em provas concretas. Exemplo disso foram os julgamentos de Collor e Diolinda, mulher de um líder do MST. O senhor concorda com essa avaliação?

Comparato – É preciso saber que não existe julgamento neutro. O juiz não julga com um padrão mecânico que está estabelecido na lei. A lei é um quadro interpretativo vago, é fria quando não interpretada com valores. Esses valores estão na Constituição e são os princípios democráticos republicanos. Acontece que o Judiciário brasileiro, com honrosas exceções, não tem sensibilidade para os valores democráticos. Portanto, o julgamento político que ele faz é no mau sentido. Todo julgamento é político na medida em que ele deve se submeter aos princípios políticos do regime. Mas quando o juiz desconhece esses princípios ou não tem sensibilidade para eles, acaba julgando com base em preconceitos que são perniciosos. Eu devo dizer que no caso da Diolinda o julgamento foi negativo em 1^a e 2^a instância, mas o STJ colocou nos devidos termos a questão da propriedade e da ocupação da terra. O julgamento do STJ deveria ser mais difundido para mostrar os aspectos positivos do Poder Judiciário.

Adverso – Não existe na população a noção de que a decisão de um juiz é inquestionável, como se fosse a emanação de um poder divino?

Comparato – Esse preconceito remonta aos tempos em que o juiz era o braço direito do rei. O juiz não era só o representante, mas também um porta-voz do rei. Era aquele que falava pelo soberano em nome de Deus. Como os monarcas sempre foram irresponsáveis por suas palavras e atos, os juízes também eram. Manter essa visão de mundo numa República é um escárnio, porque o juiz exerce o poder em nome do povo. Toda a organização constitucional deveria obrigar o juiz a prestar contas de sua gestão perante o povo. O que acontece hoje é uma inversão.

Adverso – Qual é a sua opinião sobre a formação dos operadores do Direito?

Comparato – Eu acho que essa formação é unicamente técnica e não ética, como deveria ser. Deveria ter predominância na ética, os operadores do Direito têm que fazer funcionar o sistema constitucional e legal do país. Esse sistema só se mantém coerentemente quando os valores democráticos e republicanos são defendidos e proclamados. O que eu vejo é que há um despreparo muito grande. Isso ocorre na quase totalidade de causas sobre posse de terra. O Código Civil e o Código de Processo Civil estão num nível inferior ao da Constituição, são normas eminentemente técnicas. A Constituição, ao falar em função social da propriedade, engloba todas as novas técnicas dando-lhes um sentido, uma orientação. Justamente a insensibilidade para captar essa orientação, muito em face da má formação não só nos cursos de Direito mas, sobretudo, nas escolas de magistratura, faz com que, sem nenhuma malícia ou má fé, os juízes passem a julgar contra a Constituição. É um despreparo geral.

Adverso – Essa ênfase em tecnicidades em vez da ética é intencional?

Comparato – Eu tenho a impressão de que até hoje isso foi inconsciente. Mas tenho visto alguns indícios de que essa situação está passando a ser intencional. Os últimos concursos à magistratura e ao Ministério Público no Estado de São Paulo têm revelado uma perigosa tendência à censura política dos candidatos que tenham declarada profissão na defesa dos direitos humanos e que não concordam com a irresponsabilidade da cúpula do Ministério Público. Se essa tendência progredir, nós podemos dizer adeus a qualquer possibilidade de reforma pacífica da organização política brasileira. Aí só restará ao povo conscientizar-se, pressionar os governantes e mudar a situação à força, uma vez que todo o organismo jurisdicional passa a ser inviável.

Adverso – Qual é o objetivo da Escola de Governo?

Comparato – Nossa pretensão é a de agir com duas diretrizes: a Escola de Governo não pode ser nem partidária nem ideológica. Os que vêm à escola têm que ter a garantia de que não vão ser cooptados e de que ali não será um local para difusão de ideologia. A preocupação da Es-

cola de Governo é com a competência técnica dos governantes. É preciso a todo momento julgar os fatos políticos com apenas um critério da democracia: a dignidade humana. Daí a necessidade da técnica para as decisões políticas com base em três pilares que são saber ouvir, julgar e agir. A Escola de Governo não é apenas para os governantes mas para todos porque todos temos que aprender a viver na democracia. Ninguém nasce governante e numa democracia a educação deve patrocinar a educação política de todos para construir uma sociedade mais justa e mais humana.